



DOSSIÊ - Ficção científica e a história da ciência e da técnica

Por uma ficção científica ou uma ciência ficcional: jogos e disputas entre ficção, ciência e filosofia

Alana Soares Albuquerque

Doutora em Psicologia Social e Institucional - UFRGS

alana_albuquerque@hotmail.com

Como citar este artigo: Albuquerque, A. S. “Por uma ficção científica ou uma ciência ficcional: jogos e disputas entre ficção, ciência e filosofia”. Khronos, Revista de História da Ciência, nº 9, pp. 146-162. 2020. Disponível em <<http://revistas.usp.br/khronos>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Exploramos, neste artigo, a singularidade da prática científica em sua relação com a ficção, afirmando a existência de um aspecto ficcional que não só dá possibilidade à invenção das ciências, como está presente em qualquer gesto de produção de saber. Entendemos que a ficção científica, por sua vez, funciona investindo em tal aspecto especulativo que move a produção de teorias, porém voltando o método da especulação à própria ciência, já que se dedica a imaginar os possíveis desdobramentos do desenvolvimento tecnocientífico. Uma vez que tais especulações sobre o futuro têm predominado no imaginário ocidental, afirmamos que nesse gesto de criação de mundos possíveis está presente o que podemos chamar de uma *cronopolítica*, ou seja, um tipo de política que incide sobre o tempo.

Palavras-chave: ficção; ciência; modernidade; futuro; cronopolítica.

For a science fiction or a fictional science: games and disputes between fiction, science and philosophy

Abstract: In this article, we explore the singularity of scientific practice in its relation to fiction, affirming the existence of a fictional aspect that not only makes the invention of science possible, but is also present in any gesture of knowledge production. We understand that science fiction,

in its turn, works by investing in such speculative aspect that drives the production of theories, but turning the method of speculation towards science itself, since it imagines the possible unfolding of technoscientific development. Since such speculations about the future have predominated in Western imagination, we affirm that, in this gesture of creating possible worlds, there is what we could call a chronopolitics, that is, a type of politics that affects time.

Keywords: fiction; science; modernity; future; chronopolitics.

Verdade e ficção no mito e na filosofia: breve incursão pela Grécia Antiga

Em função de seu próprio nome no qual figuram lado a lado as palavras “ficção” e “ciência”, a expressão ficção científica nos coloca, subitamente, diante de um hibridismo inusitado. A palavra “ciência” costuma – até mesmo como condição necessária para afirmar sua posição de saber legitimado – excluir a palavra “ficção”, porém, as fronteiras que separam estes dois termos não são tão claras como podemos imaginar, e suas relações se dão de forma muito mais complexa do que no gênero ficcional que conhecemos. Dizemos isso pelo fato de acreditarmos que os avanços científicos se encontram sempre repletos de invenções, ou de um pouco de ficção, não tendo advindo a nós como conhecimento por sua lógica ou por sua irrestrita necessidade. Os avanços da ciência estão permeados pelo acaso, por gestos, observações e intuições que ultrapassam a serialidade de uma cadeia lógica causal, tornando-se sempre o efeito de uma mistura que não pode ser atribuída somente à faculdade racional dos sujeitos. Afirmando um aspecto ficcional que não apenas está presente, mas que funda a própria prática científica, gostaríamos de analisar de forma mais aprofundada o que significam esses dois termos, ciência e ficção, e em que momentos esses dois mundos se entrelaçam ou entram em disputa. Partindo da expressão ficção científica, iremos nos debruçar sobre as relações que a ciência, enquanto forma de conhecimento predominante no mundo moderno, estabelece com a ficção, ora se aproximando e ora se afastando desta.

É importante ressaltar que a ciência, como a conhecemos, nem sempre foi a forma de conhecimento predominante através da qual o ser humano buscou pela verdade. Em diferentes épocas, o mundo ocidental tomou como sua principal fonte de conhecimento a Poesia, a Mitologia, a Religião, e só muito recentemente, as Ciências. Diferentes formas de saber foram predominantes devido a condições sócio-históricas específicas que lhes deram possibilidade de emergência e de sustentação. As ciências modernas têm, de fato, uma história bem menos antiga do que essas outras formas, tendo seu advento há aproximadamente quatro séculos. Já quanto à ficção, poderíamos, talvez, arriscar que sempre esteve presente na própria capacidade humana de imaginar, sendo a faculdade da imaginação tão antiga quanto a própria humanidade. Mas como poderíamos definir o que é a ficção e de que forma ela se relaciona com o problema da verdade? Como a ficção funciona? O que ela faz?

A ficção é geralmente entendida pelo bom senso como sinônimo de falso, ou como aquilo que se afasta da realidade ou da verdade; porém, a relação entre esses dois termos não é tão simples. Para entender como se relacionam verdade e ficção, é preciso atentar ao fato de que a verdade nem sempre teve o sentido que as práticas de produção de conhecimento científico dão a ela. Na Grécia Arcaica, antes da invenção da Filosofia, os mitos, hoje vistos como ficções, como produtos de um imaginário (até usamos a palavra mito para nos referirmos àquilo que não é comprovado cientificamente, ou a algo que consideramos apenas crença ou superstição popular) já foram uma fonte de verdade, porque a palavra verdade, em sua origem etimológica grega, *Alétheia*, não era o que se opunha ao falso, mas sim ao esquecimento, a *Léthe*. A verdade como *Alétheia* tinha um outro sentido, o de iluminação, de desvelamento, que lutava contra a obscuridade do esquecimento, porém não no sentido de eliminá-lo, pois ambos os contrários, nesse caso, se complementavam, mantendo uma ambiguidade. Nesse contexto anterior ao nascimento da filosofia grega, os antigos poetas eram, junto com os reis e os adivinhos, os mestres da verdade. Os *aedos*, como eram chamados, eram como intérpretes da verdade revelada no canto das Musas, filhas de Mnemosine, deusa da memória, que tinham como função transmitir as façanhas dos deuses e dos heróis¹.

O historiador Marcel Detienne² procura identificar o momento em que ocorre uma transformação no significado da palavra verdade na tradição grega. O autor observa um processo de laicização da palavra mágico-religiosa, que, aos poucos, vai sendo desvalorizada e substituída pela palavra-diálogo. A verdade, antes centralizada na figura do poeta, vai-se dissolvendo nas batalhas cotidianas travadas nos diálogos, na *polis* grega. O que passa a ser valorizado é o embate de ideias, o pensamento dialético, que substitui a ambiguidade presente na forma de verdade anterior pela resolução dessa ambiguidade em uma síntese, da onde resta uma verdade “vencedora”. Como aponta Deleuze³ em seu pequeno texto *Platão, os gregos*, é um clima de rivalidade entre pretendentes que predomina na *polis* grega. Uma certa concorrência se estabelece, e Platão se vê assim obrigado a criar um sistema para julgar a pertinência e a legitimidade das pretensões, restaurando critérios de seleção entre rivais. É preciso tornar segura a opinião dos homens, e, diante disso, Platão acaba por erigir um novo tipo de transcendência – o mundo das ideias, onde reinam a perfeição e a estabilidade –, o que, para Deleuze, acabou sendo o presente envenenado do filósofo grego à história da Filosofia.

O que se desenvolve entre os gregos, a partir de então, é um tipo de pensamento racional que submete a verdade, antes regida por uma lógica da ambiguidade (memória e esquecimento se entrelaçando) a uma lógica da não-contradição. A razão aparece agora como nova protagonista da busca pela verdade, fazendo com que as produções fantasiosas do imaginário e das artes, atravessadas pela ficção, sejam gradativamente afastadas do pensamento filosófico.

¹ DETIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

² *Ibidem*.

³ DELEUZE, Gilles. Platão, os gregos. In: *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 2011, p. 175-176.

Platão demonstra um verdadeiro repúdio à poesia no livro X da *República*, como afirma Badiou⁴. Se as coisas do mundo já eram, para Platão, uma cópia, uma imitação imperfeita das ideias, a poesia era o que estava ainda mais distante da perfeição das ideias, pois, para o filósofo, a arte não servia para imitar as coisas, mas sim o efeito de verdade das coisas. O poema estaria situado, assim, a uma dupla distância da Ideia, seria uma espécie de imitação segunda dessa imitação primeira que é o sensível. Além disso, como nos lembra Detienne⁵, outro fator que contribuiu para a desvalorização da poesia é que ela passa a ser vista como forma de entretenimento, pois poetas como Simônides de Ceos começam a cobrar pelas suas apresentações. Simônides faz da arte da poesia um ofício remunerado e, assim como Platão, também afirma o caráter mimético da palavra, seu efeito de imitação, destituindo-a assim de qualquer ligação direta com a verdade mítico-religiosa, da qual antigamente era a portadora.

Com a crítica da *mimesis*, da natureza imitativa da poesia, Platão quer proteger a subjetividade coletiva do encanto do poema, e para isso é necessário que a cidade se exponha ao pensamento. Badiou⁶, para além da crítica que Platão realiza à *mimesis* poética, aponta ainda uma outra discordância que considera crucial para o afastamento da poesia e das artes em relação ao pensamento, que se refere à identificação deste último com a lógica matemática. Para o autor, o que predominava no poema teatral eram o prazer e a dor, muito diferentes da lei e do *logos* que passaram a reger o pensamento. Enquanto o poema permanecia sujeito à singularidade imediata da experiência, o modelo matemático do pensamento tinha seu ponto de partida na ideia pura, funcionando a partir da dedução. Havia uma obscuridade metafórica do poema, que, para os filósofos, se opunha à língua transparente da lógica matemática. Porém, Badiou⁷ aponta que, apesar dessa tentativa da Filosofia de se diferenciar da poesia e das produções do imaginário, é difícil não ver aspectos da criação ficcional na própria filosofia platônica, pois quando nos referimos àquilo que faz o pensamento pensar, “lá onde o que está em jogo é a abertura do pensamento ao princípio do pensável”, vemos que o próprio Platão recorre às imagens, às metáforas, ao mito (como no conhecido Mito da Caverna), submetendo inevitavelmente a língua ao poder do dizer poético.

É uma certa relação de amor e ódio entre o pensamento racional e lógico, de um lado, e “as forças especulativas da imaginação”⁸, de outro, que parece se estabelecer ao longo da história do conhecimento, relação essa que é conflituosa devido justamente à busca pela verdade que atravessa a história da civilização ocidental. Entretanto, precisamos entender primeiramente que os próprios domínios de saber sempre se configuraram como jogos de verdade, ou seja, a verdade, como estamos apontando, não é algo imutável, mas vai ganhando novas faces devido

⁴ BADIOU, Alain. *Pequeno manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

⁵ DETIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

⁶ BADIOU, Alain. *Pequeno manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

⁷ Ibidem, p. 33.

⁸ STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 164.

ao caráter perspectivo e estratégico do conhecimento, que só existe a partir de técnicas específicas que os homens utilizam para entender a si mesmos e ao mundo, de condições políticas e sociais que são o solo no qual se forma o sujeito que conhece e que busca por essa verdade⁹.

É somente Nietzsche¹⁰ que mais tarde irá romper com a imagem do pensamento que busca por uma verdade, pois, para o filósofo, se há algo que move o pensamento, isso é a criação, e não uma vontade de verdade. Nietzsche explora o caráter inventivo e nômade do pensamento, que, contrariamente à visão clássica que predominava na Filosofia, não deve mais se submeter a um método que o organize e o ordene, mas deve servir somente à vida. Porém, no momento que nos interessa agora em nossa investigação – o momento no qual observamos uma retomada do pensamento racional que predominava na filosofia grega – é ainda uma vontade de verdade que predomina no campo da produção de saber.

Modernidade e invenção das ciências

Na transição da Idade Média para a Modernidade, essa vontade de verdade retorna com toda a sua força na figura de um ceticismo que põe em dúvida todo um sistema de pensamento até então vigente. Um novo tipo de verdade surge para substituir a anterior, que, assim como acontecia com a figura do poeta na Grécia Arcaica, também estava centralizada e se impunha como única, só que dessa vez na figura de Deus, durante o longo período em que se estendeu a Idade Média. A filósofa Isabelle Stengers¹¹ observa que nesse período predominava um pensamento que mantinha vínculos exclusivos com uma dimensão repressiva do poder, uma coerção que condenava todo o uso da razão que limitasse a absoluta liberdade de Deus. Como nos lembra Foucault¹², a vontade de verdade sempre foi uma espécie de sistema de exclusão, uma espécie de poder de coerção que se exerce sobre os discursos.

O Renascimento, no final do século XIV, já havia aberto possibilidades para novas filosofias, mas foram pensadores como Bacon¹³ e Descartes¹⁴, no século XVII, que conseguiram sintetizar o espírito do pensamento que estava nascendo na Modernidade, e que influenciaria não só a Filosofia, mas também o método científico que estava sendo criado, coincidindo com a revolução iniciada por Galileu no campo da Física. Francis Bacon, com seu *Novum Organum*,

⁹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

¹⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹¹ STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

¹² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

¹³ BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza/Nova Atlântida*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

¹⁴ DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

obra publicada em 1620, afirma que a ciência deve ser entendida como um instrumento de domínio da natureza e de emancipação do indivíduo. Para este filósofo, saber é poder. O que Bacon faz em sua obra é apontar um caminho para uma verdadeira reforma no conhecimento humano, apresentando os princípios de seu novo método científico para conduzir a busca da verdade. O filósofo defende o uso do método experimental e empírico nas ciências, apresentando, em seu *Novum Organum*, o método da indução que, diferentemente do método dedutivo, parte de fatos concretos, tais como se dão na experiência, para ascender a formas mais gerais. Bacon critica o conhecimento puramente teórico ou contemplativo, característico das filosofias metafísicas, e afirma que o saber deve ser aplicado em resultados práticos, visando à melhora das condições de vida da sociedade como um todo.

Já o filósofo René Descartes¹⁵, outro pensador que também terá um papel importante nesse período, diferentemente de Bacon, não terá como foco de seu método o empirismo, mas sim o racionalismo. O filósofo, ainda influenciado pela tradição escolástica predominante no pensamento medieval, já que em sua obra relaciona diretamente o problema da verdade à perfeição de Deus, mas tentando ao mesmo tempo se afastar dessa tradição, apresenta em seu *Discurso do método*, obra publicada em 1637, o seu próprio método de condução individual da razão, dando certa autonomia ao pensamento e colocando a dúvida como substancial no início de qualquer investigação que busque pela verdade. Em um tom quase autobiográfico, Descartes (1996) relata em sua obra os caminhos que traçou para conduzir seu pensamento de forma racional e analítica, utilizando-se para isso de princípios da lógica e da matemática, que julga serem aplicáveis não só à Filosofia, mas a todas as áreas do conhecimento. O *Discurso do Método* pode ser considerado, sem dúvida, como uma obra crucial no que chamamos, com Stengers¹⁶, de invenção das ciências modernas, pois foi com Descartes, e mais tarde com Locke, Hume e Kant, que a prática científica pretendeu dizer-se prática objetiva.

A conduta científica exposta por Descartes – e também por outros pensadores como Bacon, que se dirigem a um mundo submetido a suas exigências – encontra uma série de protagonistas, talvez pouco interessados em sua filosofia, mas sim “nas vantagens da etiqueta de cientificidade fornecida pela semelhança com essa imagem”¹⁷. Pode-se dizer que os cientistas se transformam, dessa maneira, em representantes acreditados de uma conduta em relação à qual todas as formas de resistência poderão ser consideradas obscurantistas ou irracionais. Porém, a essa altura, podemos nos perguntar: do que se trata a tal objetividade através da qual o conhecimento científico se legitima? Que condições permitem que se afirme, diante de determinada conduta, que “isto é científico”? O argumento “em nome da ciência” se encontra por toda parte, mas seu sentido é constantemente modificado.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

¹⁷ Ibidem, p. 31.

Stengers¹⁸ nos lembra que Feyerabend, em seu polêmico escrito *Contra o método*, já realizava uma crítica à pretensão de objetividade da ciência, afirmando que essa objetividade não poderia ser garantida apenas como o produto de uma conduta dita objetiva – a do cientista e seus métodos experimentais. Porém, a autora vai muito além em seu empreendimento de investigar qual seria, enfim, a singularidade das ciências, ou o que garantiria a legitimidade do conhecimento científico. Muitas já foram as tentativas de definir, na área da Epistemologia, o que seria a ciência. Stengers critica tanto as concepções positivistas, que a definem por uma espécie de ruptura com a forma de pensamento anterior – a ciência se definiria a partir da desqualificação da opinião, que “pensa mal”, ou então “não pensa” –, como as concepções que a entendem como um sistema muito particular, que se regularia por uma espécie de lógica interna, seja a exemplo de Karl Popper, que afirma que a singularidade de uma teoria científica está justamente em poder ser refutada e substituída por uma teoria melhor, sendo esse embate o que move a ciência, ou a exemplo de Thomas Kuhn, que faz da ciência um sistema autossuficiente e autônomo em relação ao seu ambiente político e social, algo que se desenvolve à maneira de um fenômeno natural, com evoluções pontuadas por crises. É como se Kuhn já partisse de uma certa racionalidade estabelecida dos cientistas, que teriam a autoridade para avaliar a fecundidade dos paradigmas entre si. Esse importante epistemólogo é o responsável justamente por cunhar o termo “paradigma”, e pela noção de que o que move a ciência é essa eterna luta entre sistemas de pensamento que devem vencer uns aos outros para predominarem como modelo condutor das práticas científicas. Podemos notar aqui ainda aquele velho clima de rivalidade: pretendentes que precisam competir para que reste do combate uma verdade “vencedora”.

Para Stengers¹⁹, a atividade científica promove um compromisso que liga interesse, verdade e história, e está longe de se assemelhar a um sistema que se regula internamente. A filósofa também não propõe simplesmente uma visão “externalista”, que conectaria enfim a ciência com o seu “contexto” social e histórico. Assim como Bruno Latour²⁰, a autora também compreende a ciência como algo que inevitavelmente transborda qualquer delimitação que se possa fazer dela, pois essa não corresponde a um sistema fechado do qual os cientistas seriam meros informantes ou porta-vozes; pelo contrário, eles são vistos, na perspectiva de historiadores da ciência como Latour e Stengers, não como informantes, mas como atores que intervêm diretamente na realidade política e social. Os sistemas de pensamento não se sustentam sozinhos, não se regulam por uma lógica interna e nem se guiam pela racionalidade científica que seleciona o melhor paradigma, pois a ciência é muito menos sobre teorias do que sobre práticas, sendo sustentada por toda uma rede sociotécnica que envolve humanos (os cientistas, os sujeitos de pesquisa, os cidadãos beneficiados pelos produtos da ciência) e não-humanos (os produtos da ciência, o aparato dos laboratórios, os investimentos financeiros).

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

Entendemos, portanto, que a história das ciências não pode ser reduzida à arbitrariedade de uma relação interna de forças, uma luta de paradigmas que rivalizam e da qual vence o mais forte, detentor, portanto da verdade. Como afirmamos anteriormente, em cada sistema de pensamento, a verdade é sempre uma produção estratégica e provisória, e por isso não é exatamente a ela que os cientistas servem, ainda que eles não possam ser acusados de traí-la. Eles estão, em vez disso, a serviço da história. Importa para o cientista quem terá produzido o testemunho que fará história, aquele que ninguém será capaz de invalidar. O que lhe interessa, de fato, é que história a sua teoria irá tornar possível. E mesmo que o problema não seja diretamente a verdade, ela continua sendo, aqui, aquilo que inevitavelmente faz a história²¹.

A ficcionalização como motor das ciências

Destituindo-se, enfim, das visões clássicas que tentaram definir na Epistemologia o que seria a ciência, Stengers²² procura pela singularidade da prática científica sob um outro viés, que é justamente o da relação da ciência com o campo da ficção. Voltando um pouco à Idade Média, é importante ressaltar que, nesse período, predominou na Filosofia, que estabelecia laços estreitos com a Religião, a ideia do melhor mundo possível, ou seja, que de todos os mundos, Deus escolheu criar este, que seria o melhor dos mundos, já que Deus é sinônimo de perfeição. Dessa maneira, a única diferença entre o nosso mundo e outros mundos possíveis seria a escolha divina. Diante disso, todo modo de conhecimento do mundo que não se resumisse à mera constatação dos fatos e ao raciocínio lógico (o princípio da não-contradição), já seria considerado da ordem da ficção, mais ou menos bem construída. As definições ou explicações que, ultrapassando os fatos e a lógica, pudessem ser inculpadas de usurpação da liberdade divina, já haviam cedido ao que Stengers²³ chama de “poder da ficção”. Paradoxalmente, é esse poder da ficção o que constituiu o campo de invenção das ciências modernas, já que para inventar o modo de conhecer científico foi necessário perguntar “e se...?”, especulando, dessa maneira, sobre um “outro mundo possível” (como por exemplo: e se for a Terra que gira em torno do Sol, e não o contrário?).

Qualquer proposição individual inovadora nasce como uma ficção, e é ao registro da ficção que ela será delegada caso seja rejeitada pela maioria, caso falhe em ser reconhecida como científica. Para Stengers²⁴, ficção é o termo que designa precisamente a atividade científica moderna, pois há aí uma certa liberdade com a qual o cientista trata o que lhe é dado. Enquanto

²¹ STENGERS, Isabelle. *Power and Invention: situating science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

²² STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

²³ Ibidem.

²⁴ STENGERS, Isabelle. *Power and Invention: situating science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

outras tradições dedicaram-se à tarefa racional de justificar o que lhes era dado, de demonstrar que aquilo que é, tinha de ser, as hipóteses científicas sempre tentam situar o que é dado em uma gama muito maior de possibilidades. Com a invenção da prática científica, tornou-se possível, em certo momento, ressituar um aspecto da realidade familiar dentro de uma realidade imaginária muito mais vasta, onde o que sabemos é apenas uma entre outras histórias. Entretanto, esse poder da ficção que funda a própria atividade científica é, ao mesmo tempo, aquilo que as ciências contribuirão para estabilizar, para poder melhor dele se distinguir, e por isso falávamos antes em uma relação de amor e ódio.

Stengers²⁵ observa uma relação especial que se estabelece entre a ciência e a ficção a partir das obras de Galileu, especialmente no *Discurso a respeito das duas ciências novas*, publicado em 1638, no qual o autor enuncia sua definição de movimento uniformemente acelerado. No *Discurso*, importante obra no contexto da revolução científica iniciada por Galileu, o autor apresenta três personagens que discutem entre si, sendo que um deles é quem incorpora as ideias apresentadas por Galileu, enquanto os outros representariam a suposta reação do público a suas controversas ideias. O que o autor da obra, na figura do personagem Salviati, precisa provar a seus interlocutores, ao ser interrogado por Sagredo sobre a legitimidade de sua hipótese, é que sua definição do movimento uniformemente acelerado não é uma mera ficção entre outras, uma ficção relativa a um autor, presa a um ponto de vista. Galileu se coloca contra a ideia de que todo conhecimento geral, abstrato, seja uma ficção atribuída a um autor, vendo-se na necessidade de provar então por que a sua “ficção” seria mais verdadeira que outras possíveis ficções. Podemos deduzir, analisando essa atitude de Galileu, que a singularidade da prática científica não estaria em se contrapor necessariamente à ficção, mas sim em inventar os meios necessários para diferenciar uma “simples” ficção de uma ficção mais sofisticada²⁶.

As ciências não exigem, portanto, que seus enunciados sejam de essência distinta das criaturas da ficção, mas sim que se tratem de ficções muito especiais, capazes de fazer calar aqueles que pretendam afirmar que “isto não passa de ficção”²⁷. O que funda as ciências, dessa maneira, não é um uso “racional” da razão, mas sim a demarcação de territórios fortificados contra o poder da ficção. Porém, não se trata exatamente de suplantá-lo, mas sim de colocá-lo à prova, de submeter nossas razões a um terceiro capaz de colocá-las em risco. Eis que entram em cena os não-humanos: no caso de Galileu, o plano inclinado, que tem para Stengers o sentido que Latour²⁸ atribui aos objetos mediadores e aos aparatos de laboratório.

Para Latour²⁹, que analisa em sua obra o que chama de bastidores da ciência, ou a ciência em ação, os fatos científicos também não diferem qualitativamente da ficção. Por si mesma,

²⁵ STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*, p. 99.

²⁸ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

²⁹ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

uma sentença qualquer não é nem fato, nem ficção, mas torna-se um ou outra apenas mais tarde, quando é retomada por outras sentenças. O status de uma afirmação, portanto, depende sempre das afirmações ulteriores, pois seu grau de certeza aumenta ou diminui dependendo da sentença seguinte que a retomar. Questionando-se sobre o que faz com que alguém tome uma sentença como verdadeira, o autor mergulha a fundo nas disputas que se dão constantemente no campo das ciências, ressaltando o caráter coletivo da construção dos fatos científicos. Discordando de Galileu, que tentava diferenciar o discurso científico da retórica clássica, Latour afirma que na prática científica o que vemos é nada mais do que um novo tipo de retórica, ainda mais sofisticada que os tipos anteriores. Nas palavras do autor:

A retórica costumava ser desdenhada [pelos filósofos] por mobilizar, em favor de um argumento, aliados externos, como paixão, estilo, emoções, interesses, truques advocatícios, e assim por diante. Foi odiada desde os tempos de Aristóteles, porque o regular caminho da razão era deslealmente distorcido ou invertido por qualquer sofista de passagem que falasse em nome da paixão e do estilo. (...) A diferença entre a antiga retórica e a nova [científica] não é que a primeira use aliados externos, dos quais a segunda se abstém; a diferença é que a primeira usa *poucos*, ao passo que a segunda usa *muitíssimos*. (...) Deveremos vir a chamar científica a retórica capaz de mobilizar para um só ponto mais reforços do que as antigas³⁰.

Para Latour, portanto, o discurso científico não passa de uma retórica mais forte, que, ao mobilizar uma infinidade de aliados externos (literatura técnica, laboratórios, equipes de pesquisadores, investimentos de grandes corporações, etc.) estabelece-se como um discurso vencedor, ou, nas palavras do autor, produz “caixas pretas”, fatos cristalizados, aceitos incondicionalmente pela grande maioria da comunidade científica, não sendo jamais questionados. É justamente por mobilizar todo um aparato tecnocientífico e laboratorial envolvendo humanos e não-humanos (aliados externos), que o discurso das ciências é acreditado como verdadeiro, impondo-se como forma de saber predominante.

Voltando ao *Discurso* e à tentativa de Galileu de calar seus adversários que, representados no livro por personagens, desconfiavam de que sua definição matemática do movimento uniformemente acelerado não passasse de uma ficção, o que o físico fez foi justamente recorrer à demonstração experimental, tendo como base variáveis que permitiam descrever e controlar o movimento. O pensamento de Galileu instaurou, dessa maneira, um novo uso da razão: o que é reconquistado é o poder de fazer a natureza falar, de estabelecer a diferença entre as suas razões e aquelas que a ficção cria a seu respeito. Uma teoria só é reconhecida como científica em função das reivindicações de seus representantes – os cientistas. Para eles, é o próprio fenômeno que testemunha sua verdade, da qual eles seriam apenas porta-vozes. Na mesma linha de Stengers,

³⁰ Ibidem, p. 91-92.

Latour³¹ nomeia esse fenômeno de testemunho dos não-humanos: corpos inertes, incapazes de vontade, porém reconhecidos como atores pela constituição moderna, já que são capazes de assinar testemunhos e chegam a ser mais confiáveis que os mortais, que não possuem a capacidade de indicar, de forma confiável, os fenômenos. Quem é que fala aqui? Quem é este terceiro convocado a falar? Poderíamos até mesmo dizer que o sentido do acontecimento construído pela invenção experimental é justamente este: a “invenção do poder de conferir às coisas o poder de conferir ao experimentador o poder de falar em seu nome”³².

Interessa-nos, portanto, na discussão que estamos propondo, os momentos em que observamos a ciência escapar do domínio que supostamente garantiria sua objetividade ou neutralidade, os momentos em que, contrariando a todo e qualquer ideal de pureza almejado pela Modernidade, deixa-se infestar por domínios como o da imaginação e da ficção. Ainda que a ficção que dá suporte à invenção das ciências seja um tipo de ficção muito especial, uma invenção que tem um propósito bem determinado (a medição da realidade), uma ficção que deve ser comprovada ou falseada a partir da demonstração experimental, preferimos aqui ir além desse uso utilitarista da ficção. Não nos interessa seu caráter representativo, mas sim sua característica intrínseca de invenção, a qual não supõe o comprometimento de representar fielmente a realidade. Reconhecendo o caráter estratégico da produção de verdades em diferentes épocas e epistemes, afastamo-nos, portanto, da verdade enquanto horizonte fixo a ser alcançado, para nos voltarmos, em vez disso, ao poder da ficção, libertando esse conceito das amarras que o aprisionam na oposição entre verdadeiro e falso.

Ficção e produção de mundos possíveis

O escritor Juan José Saer³³ nos lembra que a hierarquia que costumamos estabelecer entre a verdade e a ficção não passa de uma mera fantasia moral, pois a ficção não pede para ser acreditada como verdade, mas sim como ficção. Para o autor, o tratamento da realidade limitado ao verificável implica em uma redução abusiva e em um empobrecimento dessa realidade. Ao dar um salto ao inverificável, a ficção multiplica ao infinito essas possibilidades; porém, quando afirmamos essa potência da ficção, não estamos simplesmente virando as costas a uma suposta realidade objetiva, mas, pelo contrário, submergindo na turbulência que compõe essa realidade, sem a preocupação de saber de antemão como essa realidade está formada.

³¹ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

³² STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 108.

³³ SAER, Juan José. *El concepto de ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2014.

Apesar de a filosofia e a ciência terem precisado fortificar seus territórios contra o poder da ficção para poderem se afirmar como domínios de saber legitimados, inevitavelmente identificamos a ficção como processo intrínseco a qualquer gesto de produção de conhecimento, sendo a imaginação a própria alavanca que move a curiosidade do homem e sua vontade de saber. Afirmamos, por isso, a ficção como um elemento aberrante, que, não se limitando ao plano das artes, age inevitavelmente nos domínios da filosofia e das ciências, atuando não apenas no seio das formulações das ditas “verdades” históricas, mas em qualquer forma de produção de saber.

Aristóteles³⁴ e Platão³⁵ são filósofos que acreditavam que a filosofia tinha sua origem em uma disposição afetiva específica: o espanto, ou, poderíamos dizer também, o gesto de maravilhar-se com o mundo (*wonder*), o que constituía um elemento fundamental em todo o processo de conhecimento. A palavra grega *thaumazein*, que seria, para Platão e Aristóteles, a origem de todo conhecimento filosófico, abarca uma infinidade de significados, dentre eles o de surpresa, admiração, perplexidade, etc. O fascínio com o diferente, com a monstruosidade, com o maravilhoso se configurava como uma excitação cognitiva que fundia o saber e o afeto, a razão e a imaginação. O que buscamos ao explorar as relações entre filosofia, ciência e ficção é um certo resgate desse estranhamento e fascínio com o mundo, estamos falando do renascimento da especulação como método investigativo. O declínio das noções de verdade e certeza colabora para esse fortalecimento da especulação e da imaginação. A própria ciência, à medida em que se torna menos segura, deixando-se atravessar pelas forças da especulação, torna-se até mesmo mais interessante. Hoje, áreas de conhecimento como a física quântica e a astrofísica desafiamos a fazer uso de uma imaginação à altura da situação histórica que vivemos. As especulações teóricas próprias à ciência beiram hoje o inimaginável, extrapolando até mesmo as fabulações da ficção científica: como imaginar partículas sem massa e sem energia como os neutrinos, ou a matéria escura, que ocupa a maior parte do universo, ou os misteriosos buracos negros, ou a estranha possibilidade dos universos paralelos?^{36 37}

Reconhecer a indissociabilidade entre razão e imaginação implica em afirmar que o ato de conhecer não deriva somente do uso da razão e da pretensa objetividade que busca a ciência. O que estamos colocando em questão é um certo modo de pensar que se afasta de uma imagem representacional e dogmática do pensamento, em que esse deve dirigir-se sempre para pensar bem e pensar o bem³⁸. Contra o bom senso e o senso comum, o modo de pensar o acontecimento pela ficcionalização se dá como idas e vindas entre o atual e o virtual, como afirmação paradoxal de tempos que convivem, de sobreposições entre passado, presente e futuro.

³⁴ ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

³⁵ PLATÃO. Teeteto. In: *Diálogos*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2011, p. 35-141.

³⁶ FELINTO, Erick. Zona cinzenta: imaginação e epistemologia fabulatória em Vilém Flusser. *Anais do XXIII Encontro Anual da Compós*, Universidade Federal do Pará, 2014, p. 1-16.

³⁷ FLUSSER, Vilém. Science Fiction. *Flusser Studies*, n. 20, s/p, 2015.

³⁸ DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

O desejo que nos leva a querer especular sobre a natureza da realidade, movidos pelo espanto, estranhamento, fascínio ou *wonder* em relação ao mundo, essa excitação cognitiva que funde razão e imaginação³⁹, é justamente aquilo que faz funcionar a ficção científica (FC), esse gênero tão peculiar da literatura. Sem desejarmos nos prolongar muito com definições, poderíamos resumir que o que caracteriza a FC é que suas histórias se passam em um mundo diferente do nosso, sendo essa diferença explicada explícita ou implicitamente em termos racionais ou científicos, geralmente pela invenção de novas tecnologias, em contraposição a explicações mágicas ou sobrenaturais⁴⁰. Poderíamos dizer, em resumo, que, ao realizar um deslocamento de nosso mundo e tempo atuais (em direção ao futuro, saltando para realidades paralelas ou viajando por outros planetas), a FC lida predominantemente com as possibilidades do avanço da ciência e da tecnologia, real ou imaginado, e com o impacto desse avanço tanto no próprio ser humano como espécie, quanto na sociedade como um todo.

Steven Shaviro⁴¹, autor que explora as potencialidades desse tipo de ficção como forma de leitura de fenômenos psicológicos e sociais, afirma que é característico desse gênero operar com a especulação e a extrapolação da realidade, configurando-se assim como uma possibilidade de experimentação do pensamento, na qual podemos nos fazer perguntas como “e se...”? Em vez de tratar os problemas de forma abstrata, como muitas vezes faz a filosofia, ou testar hipóteses empiricamente, como nas ciências exatas, a FC incorpora seus problemas em personagens e narrativas, levantando questões acerca da consciência, do pensamento, do futuro, do não-humano, colocando em foco especialmente as consequências de nossas atuais formas de pensar e de nossa relação com as tecnologias.

Investindo no caráter especulativo próprio à prática científica, o que esse tipo de ficção faz é voltar a estratégia da especulação ao próprio campo da ciência, explorando os limites do que seria possível imaginar diante de seu acelerado desenvolvimento; ou, como diria uma das três leis de Arthur C. Clarke, autor de importantes clássicos do gênero, trata-se na verdade de aventurar-se um pouco além dos limites do possível, adentrando o campo do impossível⁴². Tal limite sutil entre o possível e o impossível, assegurado principalmente por um tipo de especulação lógica e causal, é uma marca importante da FC, e o que a difere de outros gêneros da ficção, como a fantasia. Vilém Flusser⁴³ é outro autor que concorda que a FC trata sobre extrapolar as tendências já observáveis no campo das tecnologias, e para isso, os escritores desse gênero precisam beirar o improvável, porém sem perder o rigor científico.

³⁹ FELINTO, Erick. Zona cinzenta: imaginação e epistemologia fabulatória em Vilém Flusser. *Anais do XXIII Encontro Anual da Compós*, Universidade Federal do Pará, 2014, p. 1-16.

⁴⁰ PRUCHER, Jeff. (ed). *Brave new words: the Oxford dictionary of science fiction*. New York: Oxford University Press, 2007.

⁴¹ SHAVIRO, Steven. *Discognition*. London: Repeater, 2016.

⁴² PRUCHER, Jeff. (ed). *Brave new words: the Oxford dictionary of science fiction*. New York: Oxford University Press, 2007.

⁴³ FLUSSER, Vilém. Science Fiction. *Flusser Studies*, n. 20, s/p, 2015.

Tratando de especular sobre os possíveis desdobramentos dos avanços científicos e tecnológicos, a FC se consolida como um gênero literário que trata essencialmente sobre o futuro. Moldando nosso imaginário de um possível mundo por vir, predominam na FC clássica (o tipo de ficção que se consolida na Europa no final do século XIX com autores como H. G. Wells) os ideais de desenvolvimento e progresso que marcaram a invenção da modernidade. Tanto a crença na ciência e na razão, representada por um certo entusiasmo em torno das máquinas, como questionamentos em torno dos impactos sociais e humanos desses mesmos ideais, refletem-se em um futuro no qual o desenvolvimento tecnológico não só triunfa em êxitos extraordinários, coadunando-se a ideais utópicos (e, por que não, quase míticos) de salvação da humanidade, mas também carrega um custo alto a ser pago, geralmente representado nesse tipo de ficção como alguma forma de esgotamento ou degeneração da sociedade e da raça humana.

Se por um lado a FC moderna imagina um futuro utópico no qual são cumpridas as promessas do desenvolvimento científico, ao longo do século XX observamos o gênero se voltar cada vez mais para um pessimismo em torno das tecnologias, característico das visões distópicas sobre o futuro. Apesar do otimismo positivista que predominava sobre as tecnologias, principalmente entre os futuristas que abraçavam fervorosamente as convenções burguesas que as máquinas traziam consigo – como no conhecido *Manifesto Futurista* do italiano Filippo Marinetti⁴⁴ –, ao longo do século XX essas mesmas tecnologias passaram também a ser apresentadas como danosas e desumanizadoras, em romances de ficção que iriam inaugurar o subgênero da distopia, como *Nós*, de Ievguêni Zamiátin⁴⁵, publicado em 1924, *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley⁴⁶, publicado em 1932, e *1984*, de George Orwell⁴⁷, publicado em 1949, escritores esses que tem em comum o fato de terem acompanhado a ascensão de regimes totalitários na Europa, exprimindo em suas obras o horror da dessubjetivação completa dos indivíduos operada por um forte aparelho de Estado.

Predomina, portanto, na FC moderna (europeia e norte-americana), tanto em seu horizonte utópico como distópico, a visão do futuro como extrapolação das tendências tecnocientíficas atuais. O futuro hipertecnológico é um dos possíveis que figura no presente como futuramente, ou seja, como um elemento de futuro que se instala no agora, e que, como uma espécie de isca, nos atrai para um determinado horizonte⁴⁸. Nunca poderemos saber, de fato, o que será o futuro (enquanto dimensão temporal), posto que, diferentemente do passado, ainda não se realizou. Tudo ao que temos acesso são futuridades, formas pelas quais possíveis futuros se apre-

⁴⁴ MARINETTI, Filippo. T. Manifeste du Futurisme. *Le Figaro*, n. 51, p.1-1, 1909.

⁴⁵ ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. São Paulo: Aleph, 2017.

⁴⁶ HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo, 2014.

⁴⁷ ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁸ O termo *futurity* aparece com frequência na obra de autores como Elizabeth Grosz, Brian Massumi, Steven Shaviro, dentre outros escritores de língua inglesa, com o sentido que estamos trazendo aqui. Consideramos importante realizar tal definição, pois na língua portuguesa o termo não costuma aparecer em textos filosóficos, nem com a profundidade e importância que esses autores lhe conferem ao diferenciá-lo da palavra futuro, que possuiria, por si, uma dimensão mais totalizante. Preferimos falar em futuridades, em vez de futuro, justamente para ressaltar tal caráter de multiplicidade e possibilidade que o termo carrega.

sentam a nós, seja pelo método especulativo ou matemático que irá traçar um prognóstico preciso, ou então por vagas impressões, intuições, tendências, sonhos, medos, esperanças, etc. As futuridades, portanto, pertencem ao presente, atuando o tempo inteiro nesse, guiando não apenas o próximo passo dos sujeitos individuais, mas também a tomada de decisões importantes em um âmbito muito mais amplo. E é de todo esse campo de virtualidades latentes e expectantes, de todo um reservatório de possíveis, que nasce o imaginário da FC. Interessa-nos, aqui, essa espécie de duplo movimento: de um lado, a entrada da imaginação e da criação ficcional na ciência, sob o viés da especulação de futuros possíveis, e de outro, a entrada da ciência, e de todo o aparato tecnológico que a sustenta, na imaginação de mundos por vir.

Falamos, enfim, de entrelaçamentos e de limiares sutis que separam a ciência do processo de ficcionalização e da faculdade da imaginação. Afinal, como negar que a ciência é alimentada por sonhos de futuro? Como nos lembra Nietzsche⁴⁹: o que teria sido da ciência se não a tivessem precedido os feiticeiros, os alquimistas e os astrólogos, com suas promessas e miragens e seu gosto por potências escondidas e proibidas? Não é característico da ciência prometer, mais do que de fato realizar? Hoje, algo que para nós, viventes do século XXI, é um acontecimento que pertence à história da ciência, como a ida do homem à Lua, era, para escritores do século XIX como Júlio Verne e H. G. Wells, uma ficção científica, e, se voltarmos alguns séculos atrás, uma mera fantasia. Entre os séculos I a.C. e II d.C., na Grécia e Roma antigas, a temática das viagens extraordinárias estava em alta, influenciada principalmente pelas narrativas mítico-poéticas de Homero. Extrapolando muitas vezes a geografia terrestre, esse tipo de narrativa levou alguns autores a especular sobre viagens à Lua e a outros planetas. Nesse período, Plutarco escreveu a obra *Na superfície do disco lunar*, na qual descreveu seres que viviam na Lua, e Cícero escreveu *O sonho de Cipião*, obra na qual o protagonista sonha que está viajando pelo cosmos e visita a Lua, o Sol, as estrelas e outros planetas, percebendo o quão insignificante é a Terra diante da imensidão do universo^{50 51}.

Se o sonho do homem de se lançar no espaço infinito pôde alimentar por tanto tempo o imaginário, e, apesar de hoje ser uma realização científica, continuar figurando ainda como o combustível de muitas ficções sobre viagens espaciais, que outros sonhos alimentam o imaginário científico e tecnológico nos dias de hoje? Com o que a ciência sonha? Ou, para usar uma expressão de Werner Herzog em um documentário recente, quais seriam os “devaneios” de nosso mundo hiperconectado⁵²? Para além das especulações da área da Física que mais parecem FC, como já mencionamos, ou do acelerado avanço das ciências biomédicas e da genética, que também criam todo um imaginário que explora os limites da condição humana e de sua evolução, a cibercultura, própria à era da informática, também adentra no imaginário tornando possível

⁴⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵⁰ LEAR, David. (ed.). *Early Science Fiction Series*. 10 vol. Los Angeles: Firestone Books, 2012.

⁵¹ ROBERTS, Adam. *The History of Science Fiction*. London: Palgrave Macmillan, 2006.

⁵² *Lo and behold: reveries of the connected world*, traduzido no Brasil como *Eis os delírios do mundo conectado*, documentário lançado em 2016 que traça uma breve história da Internet e dos impactos que essa tecnologia tem causado na sociedade contemporânea.

uma série de especulações no que diz respeito à inteligência artificial, às realidades simuladas por computador, ou até mesmo a ideias de vida e morte. Aquilo com o que a ciência sonha – ou aquilo que sonhamos através dela –, tem predominado no imaginário ocidental como futuro provável e desejável. Apesar do tom distópico que a grande maioria das ficções científicas atuais parece assumir, o futuro tecnológico prometido pela ciência ainda é fetichizado e adorado nessas obras, porém podemos observar uma mudança em relação ao que está em evidência nesse tipo de ficção. Se antes havia um maior entusiasmo e um fértil imaginário em torno das máquinas propriamente ditas (aquela visão de máquina que se criou com a Revolução Industrial), hoje observamos uma certa “desmaterialização” desse imaginário, pois as ficções se voltam cada vez mais para o problema das realidades simuladas por computador, uma questão que coloca em evidência a predominância da cibercultura no imaginário sobre o futuro. Adotando um tom mítico e salvacionista, essas novas utopias sonham com um certo desprendimento do mundo terreno em direção a uma existência completamente digital, desvinculada da ação do tempo sobre as coisas, o que as leva a se aproximarem, por fim, de um inusitado discurso em torno do problema da imortalidade.

Reconhecemos, enfim, que a FC, esse gênero que por excelência se dedica a imaginar o futuro, não apenas nos apresenta a possibilidades futurísticas distantes, sejam elas utópicas ou distópicas, mas também age diretamente na realidade atual ao instalar futuridades no presente, elementos de futuro que, agindo como uma espécie de isca ou de atrator, reprogramam esse mesmo presente, guiando-nos em direção a um certo horizonte de expectativas possíveis que agora se atualizam diante de nós. Os sonhos de futuro dos quais falamos, tanto da ficção científica como da ciência propriamente dita (o que certamente se confunde, posto que a ficção age na formulação das teorias), estão vinculados ao plano virtual das existências, ao seu “ainda não” imanente que, por gestos de instauração, poderão ou não vir a ganhar realidade. Assim, a ficção teria também a função de uma certa vidência do que está por vir, operando como sinalizações ou pistas do que já está chegando em nosso presente, uma espécie de pressentimento, que também poderíamos chamar de uma imaginação, uma futuridade, ou de uma vaga impressão sensível. Eis aqui a força da dimensão virtual da existência, que afeta os corpos no tempo e pede passagem, ou a força do “ainda não” na construção de mundos possíveis.

Os sonhos de longevidade centenária ou de imortalidade tecnológica, por exemplo, que aparecem com frequência na FC contemporânea, alimentam as ambições tanto de uma parcela da população que pode pagar por serviços que prometem a preservação do corpo depois da morte (criogenia), quanto de corporações que realizam grandes investimentos na área da neurobiologia e da inteligência artificial. A estética futurista *cyberpunk*, a multiplicidade de telas e assistentes digitais, o mergulho nas realidades virtuais também são elementos que hoje transbordam o campo da FC e se instalam como modelos a serem seguidos por corporações milionárias que dominam o mercado das tecnologias digitais. Tais expectativas de futuro, por sua vez, não só nos subjetivam, na medida em que moldam nosso imaginário de um tempo por vir, mas também

guiam o próximo passo de grandes corporações e de investimentos na área de ciência e tecnologias. Em seu gesto de criação de mundos futuros, está presente na FC o que podemos chamar de uma *cronopolítica*⁵³, ou seja, um tipo de política que incide sobre o tempo, ou como define Kaiser⁵⁴, uma tentativa de governar a diferença entre o presente e o futuro.

É por seu aspecto político de criação de mundos que consideramos função desse tipo de ficção não apenas projetar um futuro por vir, como ocorre na FC clássica, mas também criar complicações temporais, episódios anacrônicos que abalem o tempo linear do progresso, ou diferentes futurismos que ajustem a lógica temporal que condenou os sujeitos não-europeus à pré-história, como é o caso de movimentos minoritários dentro da FC contemporânea, como o Afrofuturismo, por exemplo⁵⁵. Quando projetamos futuros por vir, sejam eles tecnológicos ou não, o que está em questão aqui, acima de tudo, são diferentes formas de narrar a história, diferentes formas de destituir o monopólio intelectual sobre o passado, escavando nesse uma brecha para a partir daí inventar outros futuros. Aí residiria, portanto, uma função política da FC em seu gesto de produção de mundos: questionar a linearidade do progresso tecnológico e sua finalidade, evidenciando, para isso, outras formas de compreender a história.

Quando nos libertamos, enfim das promessas das utopias modernas e das projeções escatológicas das distopias, podemos vislumbrar outras possibilidades a inventar. Levando o recurso de especulação próprio à FC a patamares que beiram não somente o possível e o provável dentro dos limites do desenvolvimento científico, mas também o impossível e o improvável, podemos subverter a lógica racional de um desenvolvimento contínuo e linear, em direção a uma abertura maior ao acaso, ao devir e ao intempestivo. Rompendo com uma visão universalista e etapista da história, presente nos ideais hegelianos de progresso, podemos concluir, portanto, que não há um determinado futuro nos esperando em um horizonte longínquo (o futuro tecnológico projetado pelos modernos), mas muitos futuros – ou mundos possíveis – disputando o presente pela sua realização. A partir de um método especulativo que se abra à incerteza, podemos começar a exercitar nossos sentidos para captar tendências não-hegemônicas, futuros menores ainda não capturados pelas atuais máquinas de antecipação e previsibilidade, ou possíveis ainda não transformados em probabilidade pela ciência e pela estatística. Levando em conta a função da FC de instalar futuridades ou atratores no presente, apostamos, portanto, em sua potência política e estética de inventar outros mundos que, em estado de virtualidade, também aguardam pacientemente por um chamado à existência.

⁵³ ESHUN, Kodwo. Further considerations on Afrofuturism. *The new centennial review*, v. 3, n. 2, p. 287-302, 2003.

⁵⁴ KAISER, Mario. Reactions to the future: the chronopolitics of prevention and preemption. *NanoEthics*, n. 9, v. 2, p. 165-177, 2015.

⁵⁵ ESHUN, Kodwo. Further considerations on Afrofuturism. *The new centennial review*, v. 3, n. 2, p. 287-302, 2003.